



## A REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Carlos Augusto da Silva Souza; Gustavo Cesar Macedo Ribeiro; Natalia Seabra dos Santos<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Eleição Indígenas. Representação Indígena. Vereadores Indígenas.

### RESUMO

Este trabalho apresenta como proposta de discussão avaliar a distribuição das candidaturas indígenas no território brasileiro, tendo como foco de estudo a eleição municipal de 2016. Segundo os dados do TSE a participação política de índios nas eleições municipais, seja para cargos no poder executivo quanto para o legislativo, tem crescido significativamente nas últimas décadas. Em relação aos eleitos para o cargo de vereador, por exemplo, este crescimento no transcurso das quatro últimas eleições foi acima de 100%. Os dados indicam que em 2004 foram eleitos 38 indígenas para as Câmaras Municipais. Em 2008 este número subiu para 61 indígenas eleitos. Em 2012 cerca de 89 indígenas foram empossados como vereadores e, na última eleição, este número subiu para 118 indígenas eleitos

Apesar do significativo crescimento, a participação dos povos indígenas na política brasileira ainda não encontrou um ambiente favorável para se desenvolver (ASSIS, 2006). Ribeiro *et al.* (2013) em um estudo realizado em 2013 identificaram diversos elementos que dificultam as candidaturas indígenas em cargos eletivos. Esses fatores vão desde variáveis institucionais, quanto partidárias e eleitorais (CODATO; LOBATO; CASTRO, 2017).

No caso das dificuldades institucionais os autores lembram que as regras que regulam o processo eleitoral criam diversas barreiras para as candidaturas indígenas (RIBEIRO *et al.*, 2013). Em primeiro lugar, o sistema eleitoral brasileiro pautado na combinação de sistema proporcional e lista aberta com voto uninominal, cria barreiras para a participação de grupos minoritários, pois o sistema além de estabelecer uma elevada competição entre candidatos de partidos adversários, também cria acirrada competição entre candidatos do mesmo partido ou partidos coligados, o que leva os indígenas a disputarem as eleições com certa desvantagem para ultrapassarem as barreiras do quociente eleitoral de forma a conseguirem um bom posicionamento na lista dos eleitos (COSTA, 2003; RAMOS, 2003).

Além disto, o sistema eleitoral exige elevado investimento nas candidaturas, pois as campanhas eleitorais no Brasil acumulam custos bastantes elevados, o que aumenta os custos de transação dos grupos que não estão articulados com famílias tradicionais e grupos

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará (carlo Souza@ufpa.br; gustavo.cmr@gmail.com; nataliaseabra@hotmail.com)

# IX JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo  
17 e 18 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF



econômicos mais poderosos e atuantes no poder local (CODATO; LOBATO; CASTRO, 2017).

Por outro lado, as máquinas partidárias são controladas por atores que atuam no mundo dos brancos e a grande maioria dos partidos não possuem nenhum tipo de coordenação ou articulação com as demandas e interesses desta fração da população local (ASSIS, 2006).

Do ponto de vista organizacional, os autores lembram que os grupos indígenas ainda estão desarticulados e apresentam baixa coesão na busca de seus interesses. Segundo dados do IBGE (2018a), no país existem cerca de 305 etnias indígenas que falam aproximadamente 274 línguas diferentes, sendo que os grupos estão dispersos, altamente dependentes dos benefícios derivados do estado e não há um padrão de organização que os leve a atuar de forma coletiva na busca de interesses coletivos.

No caso deste trabalho pretende-se avaliar a distribuição das candidaturas indígenas no território brasileiro na eleição de 2016 de forma a perceber a relação da eleição de candidatos indígenas com variáveis demográficas e socioeconômicas que diferenciam as municipalidades para identificar em que espaços municipais e em que condições as candidaturas indígenas tem apresentado melhores condições para se desenvolver.

Nesta situação o trabalho parte de cinco hipóteses principais:

- 1) Os indígenas são eleitos preferencialmente nos municípios mais pobres e com menor grau de desenvolvimento econômico.
- 2) Quanto maior a população indígena no município mais aumenta a representação deste segmento nas Câmaras municipais.
- 3) Os partidos de esquerda oferecem melhores condições para a eleição de vereadores indígenas em relação aos partidos de centro e direita.
- 4) As mulheres indígenas apresentam maiores dificuldade de se elegerem em relação aos homens indígenas.
- 5) Não há diferença significativas entre estados e regiões do país em relação à sub-representação dos indígenas na esfera municipal

A base de dados para realização da pesquisa foi coletada no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2018), onde se incluem os dados sobre: Candidatos indígenas eleitos e não eleitos, distribuição geográfica da votação dos parlamentares indígenas. Além de dados demográficos e socioeconômicos (IDH municipal, tamanho da população indígena presente no município, taxa de escolaridade da população adulta, tamanho do município, etc.) coletados no *site* do IBGE (2018b).

O modelo utilizado para correlacionar os dados das candidaturas indígenas com dados demográficos e socioeconômicos foi o modelo de correlação de Pearson que permite verificar a associação entre duas variáveis de grandeza distinta presente em dada unidade geográfica específica.

# IX JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo  
17 e 18 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF



## REFERÊNCIAS

ASSIS, Eneida C. **Direitos indígenas num contexto interétnico**: quando a democracia importa. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Repositório de dados eleitorais**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>> Acesso em: 15 abr. 2018.

CODATO, Adriano; LOBATO, Tiemi; CASTRO, Andréa Oliveira. “Vamos lutar, parentes!” As candidaturas indígenas nas eleições de 2014 no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 93, fev. 2017.

COSTA, Arnaldo L. F. **Democracia e identidade social**. Santiago: Hatun Costa, 2003

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3.html>> Acesso em: 8 abr. 2018a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>> Acesso em: 6 abr. 2018b.

RAMOS, Adriana. Os índios e o novo Congresso Nacional. In: SOUZA, Antonio Carlos Lima *et al.* (Org). **Além da tutela**: bases para uma nova política indigenista III. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

RIBEIRO, Paulo Sergio dos Santos et al. O financiamento de campanha dos vereadores indígenas brasileiros em foco: uma análise comparativa da composição das receitas dos parlamentares eleitos nas regiões, norte, nordeste e centro-oeste nas eleições 2012. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia. **Anais...** São Paulo: Anpocs, 2013. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st16/>> Acesso em: 13 mar. 2018.